TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: DESVELANDO O REAL DA INCLUSÃO NA SALA DE AULA REGULAR DA ESCOLA PÚBLICA

Ariane Alves Gutierrez[1]

Wênia Keila Lima de Sousa[2]

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma síndrome do neurodesenvolvimento que tem início ainda na infância, segundo Teixeira (2018) compromete as habilidades sociais, comunicativas, além dos comportamentos estereotipados, repetitivos, rituais, alterações sensoriais e interesses restritos. Embora muitas pesquisas desenvolvidas tragam alguns questionamentos quanto à associação da síndrome com marcadores biológicos, o parecer diagnóstico é feio através de avaliações clínicas, o que acaba tornando seu entendimento mais complexo.

Este trabalho visa considerar como as possibilidades apresentadas pelas legislações vigentes conflitam com os desafios encontrados no chão da sala de aula regular do município de São Francisco do Conde - BA, que vão desde a formação docente à efetivação da aprendizagem através das relações sociais. O propósito das considerações que serão apresentadas é compartilhar informações que sirvam de estímulo para melhoria da educação de crianças com TEA na sala de aula regular.

DISCUSSÕES

Conforme sinaliza Teixeira (2018), o Transtorno do Espectro Autista

[1] Mestranda em Educação Profissional pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. Campus Salvador - IFBA. Coordenadora Pedagógica na Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde - BA. E-mail: arianealves.pejba@gmail.com.

[2] Especialista em Educação a Distância pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Supervisora Pedagógica do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial/SENAC. Fortaleza/CE. E-mail: wenia.keila19@gmail.com.

ocorre em todos os grupos socioeconômicos, étnicos e raciais. Além disso, as características presentes no espectro sofrem uma variação expressiva, o que faz de cada autista único. Desse modo, ainda que uma equipe pedagógica esteja bem-preparada para receber na escola crianças diagnosticadas com TEA, é necessário atender àsparticularidades de cada uma nesse processo inclusivo.

A Lei 12.764/2012 (BRASIL, 2012), também conhecida como "Lei Berenice Piana", trouxe novas conquistas para crianças diagnosticadas com TEA, assegurando o acesso: à educação e ao ensino profissionalizante; à moradia, inclusive à residência protegida; ao mercado de trabalho; à previdência social e à assistência social.

O acesso à escola é um direito de todos. Embora, o processo de inclusão de crianças portadoras de deficiência, esteja aquém do esperado, no Brasil, alguns documentos oficiais asseguram esse direito, dentre eles a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRASIL, 1996), dentre outros. Esses documentos fortalecem a luta pelo processo de inclusão dessas crianças, entretanto, as adaptações necessárias nas metodologias utilizadas em sala de aula regular são de suma importância, para a inclusão efetiva no processo de ensino-aprendizagem.

Segundo o censo escolar de 2020 (BRASIL, 2021), cerca de 246.769 alunos com TEA estão matriculados na educação especial, sendo esse número de grande importância no cenário brasileiro, justificando a relevância desse estudo.

Dos entraves encontrados no processo de inclusão das crianças diagnosticadas com TEA duas merecem destaque: a formação do professor e as peculiaridades do TEA.

A proposta metodológica para a pesquisa é o estudo qualitativo que, segundo Minayo (2002) responde às questões muito particulares, preocupando-se com as ciências sociais e com uma realidade que não pode ser quantificada.

Para os instrumentos de coleta de dados foramutilizados questionários aplicados aos professores com o objetivo de compreender como acontece essa inclusão nas escolas públicas do município.Oquestionário foi aplicado a cinco professores de escolas distintas,cuja formação inicial é o curso de pedagogia, contudo, sem especialização para atuar com as peculiaridades do Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Desse modo, apresentaremos a seguir os principais desafios apontados pelos professores participantes.

Quadro I – Dados sobre a formação inicial e continuada dos professores

Na sua graduação, foram abordados aspectos relacionados ao transtorno do espectro autista?				
Prof.ª 1	**Prof.ª 2**	**Prof.ª 3**	**Prof.ª 4**	**Prof.ª 5**
Não	Não	Não	Não	Não lembro

Fonte: elaborado pelas autoras

Quadro II – Dados sobre os entraves e possibilidades da inclusão na sala de aula regular

Qual foi o maior entrave encontrado nesse processo de inclusão de alunos com TEA na sala de aula regular?	
Prof.ª 1	Acredito que a falta de conhecimento e informações mais precisas sobre o TEA, a ausência de comunicação verbal do aluno também dificultou bastante. O preconceito dos pais das outras crianças.
Prof.ª 2	Não saber lidar com algumas limitações desses alunos, uma vez que não tive preparação para.
Prof.ª 3	Falta de um cuidador em processo de formação em nível superior que pudesse dar suporte na sala de aula com acompanhamento ao estudante com TEA, pois fica inviável atender às necessidades educacionais de toda turma sendo que o estudante com TEA requer atenção maior e mais tempo com atividades / acompanhamento individuais. Além disso, a falta de conhecimento sobre o transtorno com a primeira experiência sem formação específica. Fui em busca da autoformacão investindo em leituras e pesquisa. Posteriormente participei de cursos de formação continuada.
Prof. ª 4	Compreender as necessidades do aluno.
Prof. ª 5	A falta de recursos para utilizar com a criança.

Quais adaptações metodológicas foram adotadas para incluir os alunos com TEA na sala de aula?

Prof.ª 1	Na verdade, fomos aprendendo aos poucos. Tanto eu como professora regente quanto os demais funcionários da Escola. Como o aluno era atendido por uma equipe psicossocial do município, recebemos algumas orientações de como era realizado o trabalho lá e como poderíamos fazer na sala de aula regular. Se comunicar por meio de fichas com imagens, etiquetar o ambiente escolar com as ações a serem feitas em cada local, diminuir os ruídos e propor atividades com coisas de interesse do aluno.
Prof.ª 2	Nenhuma
Prof.ª 3	Plano de aula específico para o estudante, adaptações das atividades, sensibilização dos demais estudantes com diálogos sobre o TEA e introdução de outros recursos didáticos apropriado para o estudante.
Prof. ª 4	A mais lúdica e rápida possível. Pois o tempo do aluno era muito limitado.
Prof. ª 5	Não conseguia fazer adaptações, a turma era muito cheia e tinha dificuldade para desenvolver atividades diferenciadas.
Você acredita que essas adaptações foram eficazes? Justifique.	
Prof.ª 1	Nem todas. Às vezes ele preferia ficar sozinho, em outros momentos participava de atividades de interação com as outras crianças como jogos e brincadeiras cantadas. A todo momento queria sair da sala pra ir embora ou andar pelas dependências da escola.
Prof.ª 2	Nenhuma
Prof.ª 3	Sim. Foi possível avaliar o nível de desenvolvimento em cada atividade e principalmente identificar os conhecimentos já consolidados pelo estudante.
Prof. ª 4	Nem sempre.
Prof. ª 5	Não.

Quais os suportes foram mais importantes para o desenvolvimento dessas adaptações em sala?	
Prof.ª 1	Da dupla gestora (coordenação pedagógica e gestão administrativa) e do programa psicossocial do município.
Prof.ª 2	Não tive apoio adequado.
Prof.ª 3	Da dupla gestora (coordenação pedagógica e gestão administrativa) e do programa psicossocial do município.
Prof. ª 4	Do programa psicossocial do município.
Prof. ª 5	Apenas da coordenação em alguns momentos de angústia.

Fonte: elaborado pelas autoras.

Acerca dos dados apresentados, pode-se notar que a formação inicial das participantes da pesquisa, não foi suficiente para contribuir com o desenvolvimento teórico-prático desses profissionais na inclusão de alunos com TEA. Das cinco docentes, quatro sinalizaram como entraves, o déficit de conhecimento para lidar com as peculiaridades do TEA, além de recursos humanos e materiais na sala de aula. Outra questão que conseguimos identificar, é que apenas a *prof.ª 3* sinalizou a realização de adaptações metodológicas para inclusão nas atividades, porém, não ficaram claras os tipos de adaptações utilizadas. Em relação ao suporte recebido para efetivar a inclusão, podemos identificar a participação ativa da coordenação pedagógica em três dos cinco casos, além do programa psicossocial do município, porém, não foram suficientes para sanar as angústias das profissionais durante o cotidiano.

CONSIDERAÇÕES

Os dados apresentados neste estudo, apontam que há uma urgência na necessidade de formação continuada para esses profissionais, além de maior atenção do poder público para garantir o ingresso e permanência desses educandos em processo de inclusão. Tal ação, contribuirá para um efetivo desenvolvimento do ensino-aprendizagem. Das categorias emergentes dessa pesquisa, destacamos a formação inicial, continuada e as adaptações metodológicas para garantia do princípio da isonomia e equidade no processo de inclusão na sala de aula regular.

Nesse sentido, a relevância social dessa pesquisa se dá a partir da necessidade de promover nas escolas públicas uma inclusão que contemple a aprendizagem de todos, respeitando assim, o tempo, espaço, limitações e peculiaridades de cada aluno.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 01 de mai.2021.

BRASIL. **Lei no 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 01 de mai.2021.

BRASIL. **Lei nº 12.764**, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3o do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>.Acesso em:01 de mai.2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica 2020**: resumo técnico. – Brasília: Inep, 2021. Disponível em:< http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica>. Acesso em 02 de julh.2021

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**. Teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

TEIXEIRA, G. **Manual do autismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bestseller.2018.